



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de História

Licenciatura em História

Trabalho Final de Curso

Contributo para a Compreensão da História do Bairro de Magoanine C, 2000-2010

Docentes:

Paulo Lopes José, PhD

José Cláudio Mandlate, MA

Discente:

Naima Stela Chissano

Maputo, Julho de 2025

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de História
Licenciatura em História

Trabalho de Final Curso

Contributo para a Compreensão da História do Bairro de Magoanine C, 2000-2010

Naima Stela Chissano

Monografia apresentada em
cumprimento parcial dos requisitos
exigidos para a obtenção do grau de
Licenciatura em História da
Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Julho de 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este trabalho ainda não foi apresentado em nenhuma instituição para obtenção de qualquer grau acadêmico, é fruto da minha investigação, pelo que estão apresentado as fontes utilizadas para elaboração do trabalho.

A candidata

(Naima Stela Chissano)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Adelino Chissano e Azalina Cuambe, que sempre me apoiaram para que nunca desistisse dos meus Sonhos. Este trabalho que sirva futuramente como uma força motora para minha irmãzinha Tawany Josuela Chissano, para ela possa fazer valer as palavras da mamã; Estuda, porque com o conhecimento e o certificado abrem-se portas por mais que isso leve tempo, Deus é amor, e ele não faz nada antes, nem depois, mas sim momento certo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus por sempre tomar a dianteira em minha vida. Este trabalho não teria sido possível sem o empenho inestimável do docente, dr José Mandlate e Dr. Paulo Lopes.

Gostaria também de agradecer à todas as pessoas que directa ou indirectamente contribuíram para que fosse possível a realização deste trabalho. Ao senhor Constantino Machaca que foi o primeiro secretário do bairro Magoanine C, o senhor Luís Tembe atual secretário do bairro e os moradores entrevistados.

O meu muito obrigado vai ainda para os meus familiares e amigos que sempre estão comigo. Agradeço à minha irmã Laura Chissano, Aires Chissano; eng^a.Elicrência Tchau; as minhas Primizadas; Milena Banze; Scheryta Sumbane(em memória); Telma Cuambe; Cléusia Bule; Lucílio Cuna; ao meu primeiro grupo de trabalho na UEM , Zoom 4 (Amândio Uqueio, Ernesto Mabasso, Vasco Massingue e Ofélio Guiamba) e especialmente ao Anísio Chissano e a Maria Julieta Muianga pelo amor só nós sabemos o que passamos nós últimos quatro anos sem vocês teria desistido .

Uma salva de palmas e ovação de pé á menina mais forte que já conheci, DULCE CHISSANO " Jasmine" ou simplesmente Dudu (27 de Fevereiro 2000 à 09 de Abril de 2025).

RESUMO

O bairro de Magoanine C, localizado na cidade de Maputo, apresenta uma história social marcada por processos de ocupação urbana recentes, especialmente a partir do final do século XX e início do século XXI. A dinâmica social do bairro está profundamente relacionada com os fluxos migratórios internos e com as estratégias de sobrevivência de populações deslocadas.

Um marco importante na história de Magoanine C foi o processo de reassentamento da população afetada pelas cheias de fevereiro e março do ano 2000. Muitas famílias, desalojadas pelas inundações nas zonas ribeirinhas da cidade de Maputo e da província, foram reassentadas nesta área, o que contribuiu para o crescimento populacional acelerado e para a reconfiguração do espaço urbano do bairro.

Com o aumento da demanda por terrenos, emergiu um mercado informal de terras, caracterizado por transações não regulamentadas, geralmente intermediadas por nativos, líderes comunitários ou indivíduos que se apropriaram de parcelas de terra para revenda. Este mercado informal transformou-se numa prática comum, muitas vezes ignorada pelas autoridades, mas essencial para o acesso à habitação por parte das populações de baixa renda. Tal realidade contribuiu para a urbanização desordenada do bairro, marcada por desafios em termos de infraestrutura, serviços públicos e regulamentação fundiária.

Palavras chaves: Cheias, Mercado Informal de Terras, Posse de terra, Reassentamento.

ABSTRACT

The neighbourhood of Magoanine C, located in the city of Maputo, has a social history marked by recent urban occupation processes, especially since the end of the 20th century and the beginning of the 21st century. The social dynamics of the neighbourhood are deeply related to internal migratory flows and the survival strategies of displaced populations.

An important milestone in the history of Magoanine C was the resettlement process of the population affected by the floods of February and March 2000. Many families, displaced by flooding in the riverside areas of Maputo city and the province, were resettled in this area, contributing to rapid population growth and the reconfiguration of the neighbourhood's urban space.

With the increase in demand for land, an informal land market emerged, characterised by unregulated transactions, usually brokered by locals, community leaders or individuals who appropriated plots of land for resale. This informal market became a common practice, often ignored by the authorities, but essential for low-income populations to access housing. This reality contributed to the disorderly urbanisation of the neighbourhood, marked by challenges in terms of infrastructure, public services, and land regulation.

Keywords: Floods, Informal Land Market, Land Ownership, Resettlement.

ACRÔNIMOS E SIGLAS

AGP- Acordo Geral de Paz

CMCM- Conselho Municipal da Cidade de Maputo

CP- Constituição da República

DUAT- Direito de Uso e Aproveitando de Terra

EPC – Escola Primaria Completa

IFC-Cooperação Internacional Financeira

INGC-Instituto Nacional de Gestão de Calamidades

LT-Lei de Terra

LDT- Lei de Ordenamento de Território

MICOA- Ministério para a coordenação da Acção Ambiental

RSU- Regulamento de Solo Urbano

USAID -Agência dos Estados da América para o Desenvolvimento Internacional.

UEM-Universidade Eduardo Mondlane

INDICE MAPAS

Mapa 1: localização geográfica do Bairro de Magoanine C.....	10
Mapa 2: Divisão administrativa do Bairro Magoanine C.....	11

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ACRÔNIMOS E SIGLAS	vi
ÍNDICE MAPAS	vii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1. Problematização.....	1
1.2. Justificativa	2
1.4. Objectivos da pesquisa.....	3
1.4.1. Objectivo geral.....	3
1.4.2. Objectivos específicos.....	3
2.1. Revisão da literatura	4
2.2. Conceitos básicos	5
2.2.1. Reassentamento	5
CAPÍTULO III. METODOLOGIA	7
3.1. Caracterização da Pesquisa.....	7
3.2. Técnicas de recolha de dados.....	8
3.3. Descrição da área do estudo	9
3.3.1. Origem do nome Magoanine	10
CAPÍTULO IV: HISTÓRIA SOCIAL E CULTURAL DO BAIRRO DE MAGOANINE C, NA CIDADE DE MAPUTO ENTRE 1992 - 2000	12
4.1. Caracterização sociocultural.....	12
4.2. Práticas culturais.....	13

4.3. Caracterização sócio-econômica	14
CAPÍTULO V: PROCESSO DE REASSENTAMENTO PÓS CHEIAS (JANEIRO- MARÇO, 2000).....	15
5.1. Procedimentos de reassentamento em Moçambique	15
5.2. Processo de reassentamento em África	15
5.3. Contexto dos reassentamentos em Moçambique;	16
5.4. Quadro legal dos reassentamentos em Moçambique.....	17
5.6. Reassentamento no bairro de Magoanine C	19
5.7. Organização e Infraestruturas.....	19
5.7.1. Habitação	20
5.7.2. Educação	21
5.7.3. Saneamento e Água	22
5.7.4. Redes sociais	22
CAPÍTULO VI: MERCADO INFORMAL DE TERRA NO BAIRRO DE MAGOANINE C (2000-2010).....	24
6.1. Quadro legal de Terra em Moçambique	24
6.2. Origem do mercado de terras no Bairro Magoanine C.....	25
6.3. Intervenientes no processo de aquisição de parcelas.....	25
6.4. Implicações do mercado informal de terra no Bairro de Magoanine C	27
6.4.1.Conflitos de terra	27
6.4.2.Titularização da terra no Bairro de Magoanine C	29
VII. CONCLUSÃO.....	32
VIII. Referências bibliográficas	33
Anexos.....	38

CRONOLOGIA

I- 1990-1999 – Pré-reassentamento

1990 - Aprovação da Constituição da República que mantém o Estado como proprietário da terra.

1992 - Assinatura do Acordo Geral de Paz, que terminou a guerra entre o Governo e a Resistência Nacional de Moçambique, o que possibilitou o reassentamento dos mutilados de guerra no Bairro de Magoanine C.

1997 - Aprovação da Lei de Terras nº 19/97 que secunda a Constituição da República no que concerne à propriedade da terra e à proibição da sua venda, alienação, hipoteca ou penhora. Reconheceu também o direito de uso da terra por via costumeira e ocupação de boa fé por 10 anos.

II –2000-2003 - Cheias e Reassentamento

10 de janeiro de 2000 - Chegada de 100 famílias vindas do bairro Inhagoia A, estes que foram os primeiros a serem reassentados no bairro .

Março de 2000 - chegada dos últimos reassentados ao bairro, tendo subido o número de reassentados para 2040 famílias, o que possibilitou a construção de infraestruturas de base que despertaram grande procura de terras e a “explosão” do mercado informal de terra no bairro.

III – 2004-2010 – Consolidação e Questões de terra

2004 à 2005 - Toponímia do Bairro de Magoanine C, onde fez-se a nomenclatura e enumeração das ruas.

2007- O censo populacional classificou o Bairro de Magoanine C, como o mais populoso do Distrito KaMubukwana, com 40 120 pessoas não total; 19512 homens e 20608 mulheres.

2007- Fim da construção da estrada de pavê, iniciada em 2005. Esta estrada que liga a Avenida Nelson Mandela “ Bairro de Magoanine C” à avenida de Moçambique.

2010 - aumento do número de residentes com o DUAT.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

A história recente das periferias urbanas de Maputo tem sido marcada por processos complexos de urbanização, deslocamento populacional e apropriação informal de terras. O bairro de Magoanine C, no período entre 2000 e 2010, destacou-se como um dos principais destinos de reassentamento de populações removidas de zonas consideradas de risco a quando das cheias de 2000, ocorridas no país. Esse processo coincidiu com o crescimento de um mercado informal de terras, que redefiniu as relações sociais, políticas e espaciais dentro do bairro.

A partir dos anos 1990 Moçambique estava a viver uma nova conjuntura política e social, o desenvolvimento do capitalismo, onde ocorre conforme as conquistas das classes dominantes, pois com a expansão do comércio e da urbanização, a fase do socialismo passa para o capitalismo industrial, proporcionando acumulação ainda de forma primitiva, mas o modo de produção capitalista inicia seu domínio, por essa razão que a terra terá maior valor dentro da cidade de Maputo. Neste período o bairro de Magoanine C, era apenas um bairro rural com pouca densidade populacional. a zona de expansão ganha foco para o sistema de venda e compra de terra.

O presente trabalho é uma contribuição para a compreensão da história do bairro de Magoanine C (2000-2010), o desenvolvimento de Magoanine C na cidade de Maputo observou diversos processos históricos da evolução da urbanização, também foi assistido neste bairro a questão de reassentamento para alocação da população, principalmente em período de mudanças climáticas, concretamente as cheias no início da década 2000.

Neste trabalho pretendemos discutir vários processos que permitiram o desenvolvimento do Bairro de Magoanine C, assim como as políticas usadas para o processo de reassentamento e mercado informal de terras, na medida em que a forma como as populações ocupam um determinado território, são muitas vezes modeladas pelas condições socioeconómicas, no sentido em que o acesso aos serviços básicos, oportunidades de emprego, habitação etc., determinam as dinâmicas demográficas, sociais e culturais de um assentamento. (Araújo, 1997:13) citado por (Chachuião:2003).

1.1. Problematização

Os territórios urbanos, as cidades e os bairros são projectos que se actualizam nas formas contemporâneas da mudança de matriz política (Henriques, 2008:10). O desenvolvimento do

Bairro de Magoanine C dentro da Cidade de Maputo marca uma nova era de urbanização, na medida em que vai-se inaugurar novas formas de assentamento nesta área, depois do reassentamento das vítimas das cheias de 2000 ocorridas em Moçambique, o bairro em expansão ganha foco para o sistema de venda e compra de terra. Daí que se coloca a seguinte pergunta de partida: ***Quais são condições sociais, económicas e políticas que permitiram o desenvolvimento do Bairro de Magoanine C, entre 2000 e 2010?***

1.2. Justificativa

A presente investigação justifica-se por várias razões de ordem académico e social. Do ponto de vista académico, existe uma lacuna significativa nos estudos sobre a história urbana dos bairros periféricos de Maputo, porém neste bairro exista um estudo feito por Cândido Jeque em 2004. Este trabalho particularmente no que se refere à compreensão dos processos de reassentamento causado por cheias e do desenvolvimento de mercados informais de terras período pós-cheias. Do ponto de vista social, o estudo da história de Magoanine C é relevante para a compreensão das estratégias de sobrevivência e adaptação das comunidades urbanas pobres face às políticas públicas de habitação e gestão fundiária.

Como sublinha Maloa (2019), estas comunidades desenvolveram mecanismos próprios de acesso à terra e habitação que, muitas vezes, se revelaram mais eficazes do que os programas oficiais. Além disso, esta investigação contribui para a preservação da memória histórica de uma comunidade que, à semelhança de muitas outras na periferia de Maputo, tem visto a sua história oral e as suas práticas tradicionais de gestão do espaço serem gradualmente substituídas por dinâmicas urbanas modernas (ARAÚJO, 2006).

1.3. Estrutura do trabalho

O presente trabalho está estruturado em oito capítulos que seguem uma lógica cronológica e temática. O Capítulo I é da introdução, o Capítulo II a Revisão da Literatura, apresenta o enquadramento teórico e conceitual que orienta a investigação, definindo os conceitos fundamentais. O Capítulo III a Metodologia; o Capítulo IV a História social e cultural do bairro de Magoanine C no período de 1992 a 2000.

O Capítulo V, explica como foi feito o reassentamento das populações afectadas pelas cheias de 2000 e as dinâmicas da construção da infraestrutura de base. O capítulo VI debruça sobre o desenvolvimento do mercado informal de terras. Por último o VII capítulo é reservado as

conclusões e o VIII as Referências Bibliográficas.

1.4. Objectivos da pesquisa

Nesta secção ao apresenta-se os seguintes objectivos:

1.4.1. Objectivo geral

- Avaliar as condições sócio-econômicas e políticas que permitiram o desenvolvimento do Bairro de Magoanine C, entre 2000-2010.

1.4.2. Objectivos específicos

- Descrever a história social e cultural do Bairro de Magoanine C na cidade de Maputo , entre 1992 - 2000;
- Compreender o Processo de Reassentamento pós cheias de 2000 (Janeiro - Março);
- Analisar o mercado informal de terras no Bairro de Magoanine C de 2000-2010

CAPÍTULO II. REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo foi reservado para discutir os conceitos, teorias e abordagens relativos ao contributo para a compreensão da História.

2.1. Revisão da literatura

José Negrão (2001), faz uma contextualização da ocorrência de cheias para a criação de esforços de evacuação das pessoas e seus bens para menor danos ,e chama a necessidade de construir zonas de reassentamento com construções fortes .

Este autor tal como Casal (1996) ,que propõe o modelo habitacional argumentando que os espaços públicos são bairros ,a rede de estradas vias de acesso ,os centros e os espaços destinados a equipamentos sociais e as infraestruturas. É a partir desse pressuposto que sustento um dos meus objetivos específicos que é explicar as regras e procedimentos que são usados para reassentamento em Moçambique de modo a compreender as dinâmicas e recursos usados para este fim.

Abrahamsson e Nilson (1994), estes autores problematizam as actividades e doação olhando para os efeitos de ajuda de emergência a nível local e ainda para o desenvolvimento rural explicado a questão de distribuição das terras explicando como o governo trata do assunto, quem são os órgãos que tem instrumento legal para o efeito daquilo que os autores chamam de padrão de residência. Embora trate concretamente da questão de terras das aldeias comunais esta obra ajuda a melhor compreensão das dinâmicas do bairros atuais e de expansão principalmente depois da independência.

Muchanga (1998), Na forma primitiva a terra é abundante e a ocupação é caracterizada por grandes extensões e a pressão da terra é baixa , a densidade populacional é baixa e a preocupação da população é apenas a produção de alimentos de subsistência familiar. A posse da terra é comunal , e neste estágio não há demarcação permanente das parcelas, o acesso a terra é garantido pelos direitos consuetudinários da comunidade, porque a terra não tem valor comercializável, o mercado de terras não é desenvolvido ou quase inexistente.

Bruce (1992) à medida que aumenta a pressão da população sobre a terra, desenvolvem-se oportunidades de mercado e outras oportunidades económicas. A proximidade da terra das zonas de negócio, de locais de diversão ou lazer são alicerces para o aumento do valor do solo (Correia,1993).

Entretanto Carrilho (1992) citado por Jeque (2004), o reconhecimento do mercado de terra por parte das autoridades governamentais possibilitaria a actualização das taxas de uso da terra, acompanhando a evolução da relativa “escassez/inacessibilidade” ou “abundância/acessibilidade” de terras e apoiar-se-ia numa posição estatal de tolerar, sem necessariamente formalizar o mercado de terras.

2.2. Conceitos básicos

2.2.1. Reassentamento

O reassentamento populacional é um processo planificado que implica a movimentação ou deslocamento de pessoas e mudanças sociais decorrentes do processo de adaptação a novas formas de ocupação de determinado espaço territorial e de convivência social.

Reassentamento é o processo de realocar pessoas de uma área para outra, geralmente devido a fatores como desastres naturais, conflitos, grandes projetos de infraestrutura, ou políticas públicas. Esse processo pode ser voluntário ou forçado e envolve a transferência das pessoas para novas áreas onde possam reconstruir suas vidas. O reassentamento inclui planeamento, preparação e apoio contínuo para garantir que as pessoas reassentadas tenham acesso a moradia, serviços essenciais, e oportunidades econômicas na nova localização

Segundo Moph (2013), reassentamento é entendido como a deslocação ou transferência da população que tenha perdido seus bens pelas enxurradas, de um ponto do território nacional para o outro, dando a necessidade de restauração ou criação de condições idênticas ou acima do padrão da vida anterior.

Para Nalin (2007) o Programa de Reassentamento visa qualificar as habitações de famílias de áreas impróprias para locais com melhores condições de vida, retirar pessoas de áreas de risco, insalubres, leito viário, ou para viabilizar o Programa de Regularização Fundiária, através da transferência para outras áreas, destinadas à habitação, com infra-estrutura básica, lotes urbanizados, ou casas de alvenaria.

Muhanzule (2024:30) defende que O reassentamento consiste na deslocação da população afectada de um ponto do território nacional para outro, acompanhada de restauração ou criação de condições iguais ou acima do padrão anterior de vida. Em geral, o reassentamento pode decorrer dos efeitos das mudanças climáticas, de conflitos armados, bem como da implementação de projectos de desenvolvimento socio-económico, riscos tecnológicos e

ambientais, requalificação dos espaços, gestão das áreas de conservação, entre outros factores. Entendemos nós, que com esta abrangência de factores que podem levar ou determinar a existência de um reassentamento, cria se condições para especificidades de regimes jurídicos que vão de encontro a essas diversas realidades, no caso em concreto falamos dos reassentamentos resultantes de desastres naturais.

2.2.2. Mercado de Terra

Nos atuais debates sobre a terra em Moçambique, a emergência de um mercado de terras é uma das mais importantes questões discutidas.

Para Mandamule (2017) o conceito de Mercado de terras refere-se, não só ao conceito economicista de local físico de encontro para fins de compra e venda (Polanyi, 1983), mas também às transações de bens e de direitos adquiridos sobre a terra, realizadas através de um acordo voluntário entre dois indivíduos ou grupos de indivíduos (Negrão, 2004). A mercantilização da terra corresponde, portanto, a um processo de transformação desta em uma mercadoria susceptível de venda e alienação (Lavigne- Delville & Karsenty, 1998).

Correia (1993) Mercado de terra é a conjugação de planos dos compradores e vendedores de terras, e que neste mercado apenas demandarão aqueles compradores que tem a possibilidade de sustentar o preço com ganhos produtivos mais elevados num certo intervalo de tempo.

No mercado informal a transação é realizada fora do sistema legal, onde ocorre a interação entre lógicas do mercado e não-mercado, que resultam de práticas e arranjos específicos entre autores. Para Negrão (2002) O mercado informal é baseado em princípios não mercantis, como a posição dos intervenientes na estrutura social local, localização espacial, status político e outros factores que podem influenciar a transação.

CAPÍTULO III. METODOLOGIA

Neste capítulo é feita a descrição do local de estudo bem como a classificação da pesquisa. Igualmente, o presente capítulo contém a apresentação dos métodos e procedimentos técnicos que orientaram a recolha e o tratamento de dados no campo empírico.

3.1. Caracterização da Pesquisa

a) Natureza da Pesquisa

A presente pesquisa é de natureza básica, pois tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica entre os processos de reassentamento e o mercado informal de terras no bairro de Magoanine C. Segundo Gil (2008), a pesquisa básica visa gerar conhecimentos novos e aprofundar teorias existentes, sem necessariamente se preocupar com aplicações práticas imediatas. Dessa forma, este estudo busca contribuir com o debate acadêmico e social sobre os impactos territoriais e sociais do reassentamento urbano, por meio de uma análise crítica da realidade local. A relevância desta metodologia para o estudo consiste em apontar as dinâmicas que são verificadas na tentativa de reassentar as famílias ao longo dos períodos chuvoso ou inundações e o mercado informal de terras.

b) Quanto aos objectivos

Quanto aos objectivos a pesquisa será descritiva e exploratória. Para Cervo (2007), citado por Lakatos e Marconi (2010:108), a pesquisa descritiva observa, regista, analisa e correlaciona factos ou fenómenos (variáveis) sem manipulá-los. Busca descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenómeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Para este trabalho vamos dar a relação que o reassentamento tem com os problemas de mercado informal de terra.

Segundo Guambe (2011, p.45), a pesquisa descritiva trabalha com as características de uma população ou de um fenómeno, podendo estabelecer correlações entre variáveis, definindo também, a natureza de tais correlações, sem se comprometer com a explicação dos fenómenos descritos. Esta metodologia afigura-se relevante na medida em que, o estudo permitirá conhecer as implicações que a circulação da moeda tem no desenvolvimento político, social e económico.

Conforme Gil (2008:24), a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema. A pesquisa exploratória é realizada por meio de revisões em literaturas, estudos de

caso, ou entrevistas com pessoas, que tenham experiências práticas ou que sejam especialistas no tema. Desse modo, a proponente leu diversas obras que versam sobre a reassentamento e mercado informal de terras em Moçambique, assim como em outros lugares do mundo, o que permitirá a proponente do tema fundamentos sobre o assunto.

c) Quanto a Abordagem

Quanto à forma de abordagem do problema a pesquisa será qualitativa. A pesquisa qualitativa é o tema de pesquisa frequentemente baseada na subjectividade dos actores na análise e colecta de dados, o pesquisador é um instrumento principal da pesquisa, (Silva e Menezes 2005). Na mesma senda Gil (2002:25) afirma que esta abordagem “é caracterizada pelos valores, crenças, representação, hábitos, atitudes e opiniões”, esta parte do trabalho será desenvolvido no campo na medida em que o trabalho aborda questões culturais e identitárias de um povo, que também deve testemunhar.

3.2. Técnicas de recolha de dados

Para a materialização do presente trabalho, será seguido um conjunto de técnicas que tornarão possível a sua corporalização, desde a revisão da literatura até a recolha de dados de campo de pesquisa. Portanto, faz parte de instrumentos de recolha de dados para a presente pesquisa os seguintes:

a) Técnica bibliográfica

A técnica bibliográfica é desenvolvida com base em matéria já elaborada, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A sua principal vantagem reside no facto de permitir ao investigador a cobertura de uma vasta gama de fenómenos muito mais amplos do que aqueles, que poderia pesquisar directamente, (Gil (2008:50). Esta técnica permitirá que o proponente o levantamento das pesquisas referentes ao tema, o que lhe propiciara um aprofundamento sobre o reassentamento no bairro de Magoanine C na cidade Maputo, principalmente em período de crise, como as cheias de 2000 e também o mercado informal de terra no mesmo bairro, estes conhecimentos serão sobremaneira úteis para suscitar problemas de ordem pratica.

b) Pesquisa documental

Segundo Gil (2002:48) “a pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se baseia fundamentalmente nas contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou seja, ainda podem ser reelaborados de acordo com o objecto de pesquisa. Este é o caso dos documentos primários que podem ser encontrados nos arquivos que abordam sobre a questão de reassentamento e o mercado informal de terras.

c) Entrevista

Entrevistas: Realização de entrevistas com moradores, líderes comunitários e autoridades locais envolvidas no reassentamento para obter perspectiva diretas e experiências pessoais. Análise de Dados: Estudo das mudanças na infraestrutura, condições de vida e coesão social no bairro antes e após os processos de reassentamento e o crescimento do mercado informal de terras. Considerando o método adotado, optamos por articular dados quanti-qualitativos, objetivando a sua complementaridade. Privilegiamos instrumentos que, embora tivessem questões fechadas, contemplassem espaços que possibilitassem incidir na narrativa oral, pois se queremos conhecer os modos de vida, temos que conhecer as pessoas, não desconectando esse sujeito da sua estrutura, buscando entender os fatos, a partir da interpretação que fazem dos mesmos em suas vivências.

3.3. Descrição da área do estudo

O Bairro Magoanine C, localiza-se no Distrito Municipal KaMubukwana. O distrito tem uma área distrito tem uma superfície de 54km² e uma extensão de cintura verde de 913,8 hectares. A densidade populacional é de 293.998 de acordo com o censo de 2007 (INE, 2007).

Antes era designado Distrito Municipal N°5, devido a necessidade de busca de identidade moçambicana que os sete distritos da cidade de Maputo deixaram de ser chamados de 1-7 para KamPhumu, Nhamanhulu, KaMaxaquene, KaMavota, KaMubukwana, KaTembe e KaNyaka. Segundo, nas línguas Bantu Nha- é um locativo que indica lugar.

Mubukwana foi um líder tradicional, um régulo que trabalhava directamente com o governo colonial na recolha de impostos. Mubukwana era filho de Nwakhele Mavota e residia no bairro George Dimitrov, célula H, esposo da Mubonari e pai de Bay (Nhapulo, 2019:11).

Ao norte, faz limite com o distrito de Marracuene, ao sul com a baía de Maputo, a este com o distrito de Nhlamankulu e de KaMavota, a oeste vale de Infulene. O distrito tem 14 bairros nomeadamente: Luís Cabral, Jardim, Inhagoia A, Inhagoia B, Nsalene, 25 de Junho A e B, George Dimitrov, Bagamoyo, Malhazine, Magoanine A, Magoanine B , Magoanine C e Zimpeto.

Mapa 1: localização geográfica do Bairro de Magoanine C



Fonte: INE (2021)

A província de Lourenço Marques que hoje é Maputo foi antes dirigida por dois líderes: Mavota e Matsolo. Mavota que dirigia a maior parte correspondente à actual cidade de Maputo os seus filhos chefiavam régulos: residia entre Magoanine A e C. Portanto, por causa do reconhecimento do poder de Mubukwana, quando se chegou a fase de se encontrar um nome para o Distrito antes N5, depois de muitas consultas aos populares, dentre os nomes Mulaúze e Lhanguene o nome KaMubukwana apareceu como o mais votado (Nhapulo,2019).

3.3.1. Origem do nome Magoanine

O nome Magoanine é secular porque vem de “Magovelene”, que era uma base onde os guerreiros dos séculos passados descansavam por debaixo das sombras das árvores chamadas

“Goanas “ ou “ Magoanas” (Jeque, 2004:17). A origem do nome Magoanine pode também significa quartel dos antepassados, quartel este que era localizado no bairro, ou ainda pode ser associado a "Goana" que era uma grande árvore que ali existia geralmente encontrada em algumas matas com folhas semelhantes às da árvore de mangueira, é rica em várias propriedades que serve para fazer sabão. Na palavra Ma-goanine, “ma “aparece como marcador do plural de na língua Bantu.

Bairro Magoanine C ou simplesmente Matendene é um bairro recente que só começou a ser mais habitado em 2000. Matendene é um nome que apenas surgiu aquando das cheias de 2000, quando pessoas vindas de outros bairros afectados foram aqui realocados. Para além, de alguns residentes vindos de Kamphumu, em Magoanine C encontramos pessoas vindas de Polana caniço, Luís Cabral, Jardim, Inhagoia, 25 de junho, George Dimitrov, Chamanculo e Hulene (Nhapulo, 2019).

Mapa 2: Divisão administrativa do Bairro Magoanine C



Fonte: INE (2020)

CAPITULO IV: HISTÓRIA SOCIAL E CULTURAL DO BAIRRO DE MAGOANINE C, NA CIDADE DE MAPUTO ENTRE 1992 - 2000

4.1. Caracterização sociocultural

No bairro Magoanine C, as relações são maioritariamente patrilineares, poligamia e de um sistema de produção agrícola assim como em vários bairros da região o sul de Moçambique, onde as pessoas vivem num vasto território formado por várias aldeias dispersas. Os primeiros residentes de Magoanine C, são famílias tradicionais ou que pertenciam ao mesmo cla e viviam em casas dispersas geralmente feitas de material vegetal. Segundo (Langa, 2010), quanto a moradia, maior parte da população moçambicana vive em habitações particulares, sendo em grande parte palhotas 69,7, os materiais de construção predominantes correspondem aos materiais utilizados na construção de palhotas 34,6 tem paredes de barro e paus, 32 paredes de blocos e adobe, 18.3 canico ou paus.

A gestão do território esta sob a responsabilidade de um chefe tradicional, conhecido por Hosi Ya Muganga literalmente traduzido seria algo como o chefe do bairro ou território. Os chefes tradicionais ascendem ao poder por meio de herança familiar, os mesmos tem responsabilidade seculares e religiosas para proteger a terra ancestral e para organizar as pessoas dentro das suas terras, (Fernandes et al, 2016:65). A terra representa, neste sentido, um “elemento estruturante da vida social”, sendo os antepassados os “donos dessa terra” e, simultaneamente, “protectores dos vivos”, uma vez que há a tradição local que postula que a terra “tem dono” porque está intimamente ligada à ancestralidade, à linhagem e ao parentesco. Perguntado acerca das famílias nativas do bairro, os entrevistados, afirmam que:

“As famílias tradicionais deste bairro foram: Chavana, Litsuri, Nguetsa, Cossa, Wate, estes ocupam toda a área do quarteirão 14 e os Cossa no quarteirão 15. A autoridade tradicional que prevalece até à atualidade pertence a família Nguetsa” (Entrevista 1 com os Senhores Machaca e Tembe, 29.10.2024)

Segundo, Maloa (2016), a cidade de Maputo experienciou durante a década de 1990, durante o período de Guerra Civil havia funcionado como principal destino de populações deslocadas do interior do país, viu-se confrontada com novos fluxos migratórios resultantes dos processos de desmobilização militar e do retorno de refugiados e deslocados internos. Os pioneiros destes assentamentos eram, na sua maioria, antigas populações deslocadas que haviam encontrado

abrigo temporário em campos de acolhimento na cidade de Maputo durante o período de Guerra Civil (BOUENE, 2014).

A assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, abriu espaço para o início da expansão do bairro de Magoanine C. Por outro lado, a Constituição da República de 1990 (CR), no artigo 16, vincula que Estado assegurar a proteção especial aos que ficaram deficientes durante o conflito armado, bem como aos órfãos e outros dependentes directos; o Estado protege igualmente os que ficaram deficientes em cumprimento de serviço público ou em acto humanitário. Perguntado acerca do seguro da protecção estatal aos mutilados, Sr Tembe o atual secretario do Bairro, afirma:

“os mutilados de guerra foram os primeiros a serem reassentados na região Sul do bairro na zona conhecida como murro do paiol, estes militares vinham da Matola e foram alocados no quartel de Malhazine e só depois foram cedidos parcelas onde foram erguidas as suas casas. (Entrevista 2, 09.04.2025)

Com a chegada dos mutilados de guerra, verifica-se uma nova estrutura habitacional, fora as casas de material precário, emergem as casas de material convencional e com ruas parceladas, como por exemplo do murro do paiol do bairro Malhazine até à área chamada zona dos professores foi parcelada pelos mutilados de Guerra; e da Mesquita ainda no limite sul do bairro até ao norte do murro do Paiol “zona dos tanques” os nativos foram os que fizeram o parcelamento.

No entanto, passou a existir dois tipos de autoridade comunitária: as famílias tradicionais acima citadas e as autoridades que representam aos mutilados de guerra.

4.2. Práticas culturais

Moçambique depois da independência no seu terceiro congresso em 1977, o governo da Frelimo declarou-se um partido Marxista-Leninista. Assim sendo, o partido decidiu, em 1983, no seu quinto Congresso abandonar a ideologia marxista-leninista, abrindo espaço, para o caminho para uma nova reforma política, que iria culminar, em 1990, com a nova Constituição da República, a qual instituiu entre varias mudanças radicais os Tribunais como órgãos de soberania no seu artigo 133.

Em 1990 foi estabelecida a segunda Constituição da República de Moçambique, dois anos depois são criados os Tribunais Comunitários na Lei n°. 4/92, de 6 de Maio, ao quais de certa

forma recriam as Tribunais Populares 1977-1980 do período socialista, que a sua área de atuação continua a ser a resolução de pequenos conflitos de natureza civil, conflitos familiares, entre vizinhos, acusação de feitiçaria, roubos etc (Fernandes e Augusto, 2016:58).

No bairro de Magoanine C, no período em análise neste capítulo, o primeiro tribunal comunitário foi o areeiro chamado xiduluine (traduzido significa montanha) localizado na área sul na margem onde faz fronteira com o bairro Magoanine B. A título de exemplo, o roubo de produtos agrícolas, usurpação de terra principalmente a destinada a pratica agrícola ,e outros conflitos acima citados. Culminou para a resolução do que era feito, a base de conversas com as partes envolvidas, caso o problema não fosse sanado recorria-se à cultos de invocação de espíritos, conhecido como *kuza Mondzo*.

O *Mondzo*, é o " líquido da verdade", uma porção servida no chifre de boi que e uma bebida espirituosa que basta o seu consumo, a pessoa fica possuída e começa a manifestar, e assim detecta-se a veracidade dos factos sobre a acusação.

4.3. Caracterização sócio-econômica

A principal actividade econômica do Bairro Magoanine C, assentou-se principalmente na agricultura, praticada na sua maioria por mulheres, onde ter uma área extensa para a prática da agricultura pode ser usado como um indicador do grau de prosperidade de uma família.

Os principais produtos agrícolas cultivados são, amendoim, milho, couve, tomate, e outras hortaliças que se adequem a cada estação do ano, por isso as culturas são rotativas como estratégia de manutenção da fertilidade dos solos e mitigação de pragas. Grande parte da produção agrícola enquadrava-se na lógica da agricultura de subsistência para o autoconsumo, embora uma parcela significativa dos agregados familiares adopte igualmente uma componente de agricultura de mercado, destinavam aos excedentes à venda em circuitos informais locais, como por exemplo em mercados próximos.

CAPÍTULO V: PROCESSO DE REASSENTAMENTO PÓS CHEIAS (JANEIRO-MARÇO, 2000)

5.1. Procedimentos de reassentamento em Moçambique

O processo de reassentamento exige regras claras e meios justificados, na medida em que trata-se de um acto de deslocação de vidas de um meio para outro, os estudos científicos já estudaram este processo de variadas vezes e foram deixadas diversas recomendações para execução do processo, o continente africano pela sua natureza tem suas especificidades devido a vários factores, onde as questões económicas, sociais e culturais são bastantes relevantes a ter em conta, dentro do próprio continente também podemos encontrar certas diferenças entre diversos estados que compõem a África. Nesta parte do trabalho vamos estudar os procedimentos que são usados para reassentamento em Moçambique e compreendendo outros procedimentos que são usados em outros Países Africanos.

5.2. Processo de reassentamento em África

Os espaços são as bases que sustentam as relações sociais, cultura, tradições, religião, lazer, pois na cidade, é neles que se projeta a sociedade inteira, com suas superestruturas, suas bases económicas e suas relações cotidianas. Por mais que variem as definições do que constitui uma cidade, a maioria dos conceitos tem em comum um ponto: “trata-se de uma aglomeração humana, de um conjunto de pessoas vivendo próximas uma das outras. A palavra “cidade” tem-se perpetuado e designa uma criação histórica particular do ambiente construído, que tem continuamente se transformado e, em alguns momentos, até de maneira radical (Nalin, 2007:13). Ainda acrescenta o mesmo autor afirmando que trabalhar com essa política ultrapassa a simples construção de casas, mas incide na organização e gestão da cidade. Nessa linha, os aspectos positivos mais destacados pelos diversos autores que estudam essa temática estão relacionados à melhoria na estrutura urbanística da cidade; à qualidade na construção dos loteamentos, ou condomínios (incluindo infra-estrutura, acesso à rede de água, luz, e outros factores); ao acesso aos recursos do entorno; à melhoria na mobilidade urbana; à permanência no mesmo local de origem e o trabalho social realizado junto às famílias reassentadas.

Alguns países da África Austral têm algumas semelhanças com Moçambique, mas também há diferenças, para Angola, Zimbabwe e Tanzânia no processo de reassentamento são envolvidos diferentes seguimentos da sociedade interna e externa, como é o caso de Governo central,

autoridades locais e ONGs, para Angola, o governo tem utilizado a Lei de Terras, realiza levantamentos para identificar áreas adequadas para reassentamento. Os planos incluem a construção de habitações, a provisão de serviços básicos, e a criação de infraestruturas como estradas e escolas. As autoridades locais lideram a execução com apoio de ONGs e agências internacionais Muhanzule (2024).

Enquanto que para Zimbabwe, O governo desenvolve planos que envolvem a realocação de comunidades em terras comunais seguras, com apoio na construção de novas habitações e na provisão de serviços básicos. A assistência técnica e financeira de ONGs e agências internacionais é fundamental, para Tanzânia os planos geralmente envolvem a identificação de terras adequadas para reassentamento, a construção de habitações, e a provisão de serviços básicos como água, saneamento e escolas. A participação comunitária é promovida para garantir que as novas áreas atendam às necessidades das pessoas deslocadas (idem).

Mas todos esses países, assim como Moçambique tem os mesmos problemas no que concerne ao reassentamento, que é a burocracia, a falta de recursos, e as dificuldades em fornecer serviços básicos nas novas áreas, as distâncias das áreas de reassentamento em relação às áreas originais dificultam a manutenção dos meios de subsistência tradicionais.

5.3. Contexto dos reassentamentos em Moçambique;

Historicamente, as experiências de reassentamento involuntário em Moçambique resultante tanto dos projectos de desenvolvimento, assim como de guerras e calamidades naturais mostram que as populações atingidas enfrentaram e enfrentam situações precárias. Este fenómeno é determinado pelo rápido crescimento económico confrontado com a limitada capacidade reguladora que resulta na pressão intensa sobre a disponibilidade de terra (Mosca e Selemene, 2011).

Os reassentamentos devido a calamidades naturais como: as cheias de 2000 na província de Gaza e no Vale do Zambeze em 2008. São exemplos de eventos inesperados que resultaram em milhares de desalojados com necessidades de serem realocados noutras áreas de menos riscos. Estes eventos colocaram à prova a capacidade do governo para lidar com as necessidades básicas das populações em termos de provimento de serviços e meios productivos essencialmente nas zonas de reassentamento para evitar o retorno dessas populações para as zonas de risco.

Nesta secção a ênfase vai para a contextualização temática dos reassentamentos resultantes de cheias em Moçambique e a importância que a análise deste fenómeno tem trazido nos

debates actuais sobre o impacto das mesmas. Os aspectos que interessam e que compõem a temática estão ligados as calamidades naturais que provocam sobre as comunidades e vistos à luz das linhas directivas do Banco Mundial. A literatura revista mostra que os reassentamentos provocados por cheias assim como outras calamidades naturais debruçam sobre o Planeamento e Sustentabilidade há críticas de que muitos reassentamentos são mal planeados, resultando em infraestrutura inadequada, acesso limitado a serviços básicos e dificuldade de integração nas novas áreas.

5.4. Quadro legal dos reassentamentos em Moçambique

Em resposta aos desafios impostos pelos reassentamentos a partir das experiências, vários instrumentos jurídicos foram desenhados como requisitos para o reassentamento em Moçambique, sendo; a Lei de Terras (1997). A rápida urbanização, o crescimento e expansão da cidade pelos bairros periféricos não é acompanhada de implantação de infra-estruturas e nem serviços básicos. É neste âmbito na tentativa de resolução de questões de ocupações irregulares e assentamentos desordenados bem como provimento de infra-estruturas sociais, que o Conselho de Ministros aprovou o Regulamento do Solo Urbano (Decreto n.º 60/2006 de 26 de Dezembro), visando regulamentar a lei de Terras na parte respeitante ao regime de uso e aproveitamento de terras nas áreas de cidades e vilas legalmente existentes e nos assentamentos humanos ou aglomerados populacionais organizados por um plano de urbanização e a Lei de Ordenamento do Território (2007).

Estes instrumentos legais e normativos estão alinhados com as directrizes do Banco mundial e com os princípios orientadores da Corporação Financeira Internacional (IFC) sobre as políticas de reassentamento, aplicáveis exclusivamente nos casos de reassentamento involuntário.

Deste modo, com a introdução do Decreto sobre o Reassentamento em 2010 estabelecendo procedimentos para a efectivação do reassentamento, as comunidades reassentadas passaram a beneficiar-se de políticas e tratados locais. Estes instrumentos além de obrigar o estado a abster-se de acções que prejudiquem os direitos humanos das populações também o obriga de forma positiva a ter um papel activo de regulação dos agentes não-estatais, como empresas ou outros particulares.

Estes instrumentos foram desenhados para responder as lacunas e contribuir para a melhoria dos resultados dos reassentamentos baseada numa abordagem de mitigação dos efeitos, daí que o documento que regula os reassentamentos tenha explicado de forma detalhada os pormenores a observar em situações que exijam reassentamento das populações. São parte dos requisitos

deste documento; os estudos socioeconómicos para a elaboração do plano de reassentamento, as consultas públicas e participação activa dos afectados em todo o processo de compensação, para assegurar planos de desenvolvimento realísticos e compatíveis com as necessidades no local do reassentamento.

Para Muhanzule (2024:36) o processo de reassentamento deve observar a proteção dos Direitos Humanos:

- Assegura que os direitos das pessoas afetadas sejam protegidos,
- Sustentabilidade: promove a sustentabilidade social, económica e ambiental das comunidades reassentadas;
- Equidade: garante que o processo de reassentamento seja justo e equitativo para todos os envolvidos;
- Organização e Planeamento: fornece uma estrutura clara para a implementação do reassentamento, minimizando conflitos e ineficiência.

5.5. Instituições nacionais envolvidas no reassentamento em Moçambique

No entanto, o INGC é a única agência do governo com um departamento dedicado à reconstrução e ao reassentamento. Nenhuma das restantes instituições do governo está estruturada para actividades de recuperação e reconstrução, embora a maioria tenha a responsabilidade de fazer a avaliação das necessidades que advêm dos desastres e os custos estimados para responder a essas necessidades, bem como desenvolver projectos para financiamento e implementação dessas mesmas actividades. Esta ambiguidade sobre as responsabilidades institucionais na fase pós-desastres abre lacunas entre a assistência humanitária e adúvidas sobre a sustentabilidade das actividades de desenvolvimento normais. Por exemplo, as políticas de reassentamento patrocinadas pelo governo são implementadas de maneira diferente, se relacionadas aos desastres ou ao desenvolvimento. Onde destacam-se:

- a) **Papel das Organizações Não Governamentais e organizações internacionais:** em Moçambique, várias instituições governamentais, internacionais e organizações da sociedade civil estão envolvidas no processo de reassentamento de pessoas vítimas de cheias.
- b) **Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD):** O INGD é a principal entidade responsável pela gestão de desastres em Moçambique, incluindo o reassentamento de pessoas afetadas por cheias e outros desastres naturais. A instituição

coordena as operações de resposta a emergências, incluindo a organização de abrigos temporários, e planeja os reassentamentos de longo prazo.

Segundo Muhanzule (2024), o INGD através da Divisão de Coordenação da Reconstrução Pós-Desastres (DICORD), tem a função de garantir o reassentamento e rápida reposição de infraestruturas e serviços sociais básicos pós desastres e promover a construção de infraestruturas resistentes aos fenómenos naturais; e ainda mais concretamente através do Departamento de Reconstrução Pós-Desastres (DRPD) deve coordenar o estabelecimento de Centros de Acomodação e de trânsito seguros para pessoas afectadas por desastres, garantir o reassentamento e rápida reposição de infra-estruturas e serviços sociais básicos pós desastres e criar condições básicas nos bairros de reassentamentos para garantir acesso a água e saneamento básico aos afectados pelos desastres.

Esta organização trabalha juntamente como o Ministério da Terra e Ambiente (MTA), Ministério da Administração Estatal e Função Pública; Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos; Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN); Nações Unidas (ONU); Cruz Vermelha Moçambicana (CVM); CARE Moçambique; Save the Children; e as Autoridades Locais com representação dos Governos Provinciais e Distritais.

5.6. Reassentamento no bairro de Magoanine C

O processo de reassentamento foi dirigido pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo em 2000, na qual as primeiras habitações foram erguidas na base de “Tendas”. Trata-se de um reassentamento forçado em que não houve espaço para a negociação entre as partes envolvidas. Desse modo, autoridades municipais identificaram o espaço, de seguida foram comunicadas as autoridades tradicionais do bairro, neste caso a “Rainha”. Dos 213 chefes de agregados familiares inquiridos, 90% são provenientes de outros bairros, ou seja, são reassentados (Bilério e Muanamoha, 2023:495).

A ordem de chegada das famílias afectadas nos antigos bairros a serem reassentadas no bairro : Inhagoia A, Polana Caniço A; Polana Caniço B; Inhagoia B e Jardim; Jorge Dimitrov; Hulene; Ferroviário; e Magoanine A.

5.7. Organização e Infraestruturas

A construção de infraestruturas de base contou com apoio de várias instituições Governamentais e Não Governamentais como por exemplo, o Conselho Municipal da Cidade

de Maputo, o Fundo do Fomento para Habitação, e várias organizações governamentais e não-governamentais nacionais e estrangeiras tendo se destacado a Organização Nova Fronteira , Terra dos Homens , Mamã Dhamini, Cooperação Italiana, Igreja Metodista, Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Urbano , Aposemo, Cruz Vermelha Americana, Fundo para o Desenvolvimento da Comunidade, Associação dos Professores Alemães, UNICEF, MOLIVSE, e União Geral das Cooperativas.

5.7.1. Habitação

A habitação é uma das necessidades mais básicas de qualquer ser humano. No bairro de Magoanine C, todas as famílias beneficiaram de casas construídas com material precário como por exemplo, o caniço, estacas e chapas de zinco. De modo que a população reassentada saísse das tendas e tivesse maior privacidade. Por outra, a construção destas casas não obedeceu nenhum critério, para alguns, no que tange ao tipo de casa. Segundo afirmam os entrevistados:

“(...) fomos todos viver nas tendas, não havia separação das famílias, viviam todos juntos como uma família alargada, tínhamos perdido tudo, o país estava em crise até às pessoas que trabalhavam ficaram um tempo em casa por isso aceleramos a limpeza do solo.” (Entrevista, 14.10.2024)

Outro entrevistado acrescenta:

“(...) eu, assim como outras famílias quando saímos de Inhagoie levamos tudo que pudesse ser aproveitado, das quais chapas de zinco, portas, ferro. Quando chegou a hora de sairmos das tendas, os que tinham algum material foram erguendo as suas casas com esse material recuperado e o que foi nos atribuídos pelo CMCM (Entrevista 4, Antônio Silvestre, 09.05.2025).

O CMCM , através do Gabinete de Reinserção é o responsável pelo estabelecimento de parcerias com os diversos doadores que possuem projetos no Bairro Magoanine C. Neste processo , o CMCM, tem o papel de coordenar com vários doadores a implementação dos projetos (Chachuaio,2 2003:28-29).

O FDC, dirigido pela Senhora Graça Machel construiu 302 casas. Está ONG, primeiro construiu 2 casas amostra, mas elas foram aprovadas alegando-se que eram pequenas, o que fez com que fossem construídas mais 2 casas tipo 1 e 2 , essas plantas são evolutivas porque aceitavam com que futuramente sejam acrescidas ou ampliadas para tipo 4; por exemplo, o OTEM

(Organização dos Trabalhadores Moçambicanos) e AMADU construíram 120 casas, e a Igreja Metodista também construiu 120 casas (Machaca; et al. 2024).

5.7.2. Educação

No bairro Magoanine C, não existia nenhuma escola. No entanto, depois do reassentamento das famílias uma das maiores preocupações foi a continuidade dos estudos dos filhos.

De acordo com a senhora Rosa Macie, natural Gaza, antiga residente do bairro Jorge Dimetrov, salienta que:

“(...) O município montou aqui salas temporárias, que eram de baixo dos cajueiros e canhueiros que eram as árvores mais abundantes no bairro”

Senhor Tembe, acrescenta que:

“Tudo aconteceu em simultâneo porque as organizações eram muitas e cada uma fazia o que podia , enquanto se trabalhava na construção das casas , outras trabalham para erguer escolas”

Outro entrevistado acrescenta que:

“EPC Artur Ussene Canana foi a primeira escola a ser erguida no bairro,, as obras foram iniciadas no mês de Maio de 2000 para os afectados pelas cheias, era de caniço. As obras foram financiada a construção em blocos mais tarde por uma ONG italiana, ela foi feita em fases ou seja se juntaram mais doadores onde cada um podia financiar uma sala ou mais.Terminadaa obra, por voto dos doadores ,organizações e à população, batizou-se a mesma com o nome do presidente do CMCM ,Artur Ussene Canana, e pouco tempo depois à EPC 10 de janeiro- projecto do município” (Entrevista 4, 27.10.2024)

Bié (2004:30), até 2004, a distribuição de alunos por turmas na EPC's , a 1ª classe com 11 turmas , 636 alunos e 58 o número médio de alunos por turma; 2ª classe, 11 turmas, 753 alunos e 58 o número médio de alunos por turma; 3ª classe, 13 turmas, 809 alunos e 62 o número médio de alunos por turma; 4ª classe, 8 turmas , 556 alunos e 67 o número médio de alunos por turma e 5ª classe, 6 turmas , 382 alunos e 64 o número médio de alunos por turma.

O problema para o primeiro grau estava resolvido ,mas havia a necessidade de abranger o segundo grau porque muitos de classe como 8ª classes, e principalmente à 10ª classes , houve muita desistência de alunos os devido ao longo trajeto para a escola onde frequentavam nos antigos bairros. Assim sendo, fez-se uma reunião, e mobilizou-se fundos e mão de obra para a

construção da Escola Secundária Martins Mbuzini, a mesma foi financiada pelo Japão, depois o FDC construiu a escola secundária Graça Machel.

5.7.3. Saneamento e Água

As cheias de 2000 devastaram tudo, parece até irônico, dizer que “mesmo com água em todo canto havia escassez da mesma”. Na cidade de Maputo e Matola alguns bairros parassaram dias ou semanas sem que jorrasse uma gota de água nas torneiras.

Sendo o bairro de Magoanine C, “novo”, havia escassez para responder a demanda, uma vez que residentes nativos praticavam a agricultura dependiam de água alguns poços para o consumo próprio. Segundo CMCM, neste momento desdobram-se mecanismos no sentido de se abrir o primeiro furo salientando que um furo de água para 100 famílias corresponde s 500 pessoas, para o abastecimento de água potável para os residentes, tendo se montado ali motobombas provisórias para o efeito, (Jornal Notícias, 02 de fevereiro de 2000).

Na mesma senda, Kadhafi que visitou primeiro a África do sul , esteve em Moçambique durante dois dias , antes de seguir para Malawi e Zimbábue. Está viagem tinha como o objetivo de relançamento da cooperação, a preparação da próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo a ter lugar em Maputo, em 2003. (Jornal Notícias de 27 às 29 de julho de 2000)

Machaca afirma que:

“Kadhafi "veio aqui nos visitar no ano 2000 e nos disse que ia abrir um furo de água potável. Não demorou e o prometido foi feito, em 2007 passasse a gestão da mesma para o Machado que abastece para vários bairros de Maputo e Matola”.

A construção da estrada foi financiada pela Embaixada Italiana, que fez doações no valor de 455 mil dólares . O projecto insere-se no âmbito do prolongamento da avenida Julius Nyerere e a segunda a avenida de Moçambique com vista a abranger a entrada que dá acesso ao novo Bairro de Magoanine onde foram reassentadas as vítimas das cheias (Jornal Notícias de 28 de Março de 2000).

5.7.4. Redes sociais

A habitação como um importante local de encontro com outras pessoas, ou ,pelo menos como ponto de partida para o estabelecimento de redes sociais ,significa mais do que o factor

econômico. As redes sociais, principalmente na vizinhança, são importantes para garantir a sobrevivência diária e troca de informações (AMMERING, 2010:41). As necessidades diversas em bens e serviços, precisam de se ligar uns aos outros, como amigos, vizinhos, parentes, crentes da mesma religião, para fazer face ao elevado custo de vida NAIFE (2002) apud BIZA (2000).

“Senhora Luísa Orlando de 39 anos , argumenta que “Quando sai da Polana Caniço, fui reassentado cá com vários vizinhos, que no antigo bairro nem tínhamos proximidade “amizade”, mas quando chegamos cá posso dizer que viramos família. Várias vezes quando vou vender deixo os meus filhos na responsabilidade do meu irmão que veio comigo de Inhagoie junto com sua família , esposa e 5 filhos, ou com a dona Inês, ela também faz o mesmo, tudo que necessito que não tenho ela me ajuda e vice-versa ”. (Entrevista 5, 30.10.2024)

Nota-se que as pessoas encontram conforto no estabelecimento de laços de base identitária , sejam elas família ou vizinhos, mas principalmente os vizinhos devido à proximidade das casas.

CAPÍTULO VI: MERCADO INFORMAL DE TERRA NO BAIRRO DE MAGOANINE C (2000-2010)

Este capítulo propõe-se a analisar o mercado informal de terras em Magoanine C e os diversos fatores que contribuem para a sua existência. O primeiro subcapítulo apresenta o quadro legal de terras em Moçambique; em seguida, será abordada a origem do mercado informal de terras em Magoanine C; o terceiro subcapítulo examina os intervenientes no processo de aquisição de parcelas; a implicações do mercado informal de terra com ênfase aos conflitos e a titularização de terra.

6.1. Quadro legal de Terra em Moçambique

a) Constituição de 1990 e a Lei de Terras de 1997

A lei nº 19/97 de 1 de Outubro que aprova a actual Lei de Terras apresenta-se como sendo um dos instrumentos de maior relevância no que se refere a gestão de terra. Nesta lei estão definidos os conceitos, o âmbito de aplicação, os princípios, os meios de aquisição, transmissão e extinção do direito de uso e aproveitamentos de terra, bem como, outras questões relevantes.

Quanto à forma de aquisição, a Lei de Terra no artigo 12 define três modalidades de aquisição, a primeira consiste na ocupação por pessoas singulares e comunidades locais; a segunda consiste na ocupação por pessoas singulares nacionais, e a terceira é por autorização de pedido apresentado por pessoas singulares ou colectivas. A lei também define a categoria de sujeitos do direito de uso aproveitamento de terra.

b) Constituição da República de 2004

Estabelece que a terra é propriedade do Estado que não deve ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada, assim sendo, só é possível adquirir o direito de uso e aproveitamento da terra na República de Moçambique. A Constituição também garante o direito à habitação e urbanização, dispondo que todos os cidadãos têm direito a habitação condigna, sendo dever do Estado, de acordo com o desenvolvimento económico nacional, criar as adequadas condições institucionais, bem como o acesso a casa própria e, prossegue dizendo que incube também ao Estado, fomentar e apoiar as iniciativas das comunidades locais, autarquias locais e populações, estimulando a construção privada e cooperativa, bem como o acesso a casa própria.

c) Lei do Ordenamento do Território de 2007

Esta Lei visa criar um quadro jurídico-legal do ordenamento do território, em conformidade com os princípios, objectivos e direitos dos cidadãos consagrados na Constituição da República; visa materializar, através dos instrumentos de ordenamento territorial, a Política do Ordenamento Territorial. Esta lei aplica-se a todo o território nacional e, para efeitos do ordenamento do território, regula as relações entre os diversos níveis da Administração Pública, das relações desta com os demais sujeitos públicos e privados, representantes dos diferentes interesses económicos, sociais e culturais, incluindo as comunidades locais.

6.2. Origem do mercado de terras no Bairro Magoanine C

O bairro de Magoanine C, como muitos bairros de Maputo, experimentou o surgimento e a consolidação de um mercado informal de terras, especialmente proeminente entre 2000 e 2010. Este fenómeno é intrinsecamente ligado à dinâmica de crescimento urbano da capital moçambicana e à capacidade das políticas de terras formais em responder à crescente demanda por habitação e espaço (ARAÚJO, 2003; JENKINS, 2013).

Segundo Jeque (2004:29), no Bairro Magoanine C, o mercado de terras teve explosão ano 2000, depois da afluência dos cidadãos provenientes dos bairros abrangidos pelas cheias do mesmo ano e a criação de infraestrutura de base; o que criou um ambiente propício para transações fora dos canais formais (Malauene, 2005).

A pressão demográfica resultante do reassentamento, somada à burocracia e aos custos associados aos processos formais de aquisição de terras, impulsionou a busca por alternativas no mercado informal (Tique, 2007; Viana, 2010). A informalidade, neste contexto, não apenas preencheu uma lacuna deixada pelo sistema formal, mas também se tornou a principal via de acesso à terra para grande parte da população recém-chegada e para aqueles que buscavam expandir suas propriedades.

6.3. Intervenientes no processo de aquisição de parcelas

a) Vendedores

Primeiro grupo: no Bairro Magoanine C, destacam-se a população nativa “ famílias tradicionais e os mutilados de guerra”,. Estes são os que possui uma ou mais parcelas , geralmente os que herdaram a terra dos seus antepassados , ou foram atribuídos pelo governo

como é o caso dos os reassentados da guerra civil, que vendem parcelas de suas terras por diversas razões, incluindo a necessidade de capital para investimentos pessoais, construção de moradias ou para aproveitar a crescente demanda e valorização fundiária (MALAUENE, 2005). A legitimidade de suas vendas no mercado informal é, muitas vezes, baseada em reconhecimento comunitário ou em acordos tácitos, em vez de títulos de propriedade formais, neste caso o direito Consuetudinário.

Segundo grupo: líderes comunitários ou indivíduos da administração local , e os intermediários, geralmente conhecem vendedores, ou estão envolvidos no processo do parcelamento, são pessoas residentes ou não que possuem contactos de pessoas que vivem em outros bairros , em geral dão toda informação ,”localização da parcela , dimensão, preço ...etc” e e colocam um valor monetário adicional quando fixam o preço ao interessado na compra.

Terceiro grupo: pessoas de posse, migrantes internos da cidade de Maputo, que adquirirem as parcelas , fazem a vedação sem nenhum investimento para venderem a outros interessados mais tarde “ no futuro “ ,quando o processo de urbanização e parcelamento se efetivar no bairro.

b) Compradores

Os compradores no mercado informal de Magoanine C são, em sua maioria, indivíduos e famílias com renda limitada que não conseguem acessar o mercado formal de terras devido aos altos custos e à complexidade dos processos burocráticos (COSTA; 2006, citado por Viana; 2010). Este grupo inclui migrantes internos em busca de oportunidades em Maputo, famílias em crescimento que necessitam de mais espaço, e pequenos investidores que veem na terra informal uma oportunidade de valorização.

O perfil socioeconômico desses compradores reflete a realidade da informalidade urbana, onde a aquisição de terras é muitas vezes o primeiro passo para a consolidação habitacional e a integração na cidade.

Jeque (2004), argumenta que as modalidades do mercado de terras no Bairro Magoanine C, são ditadas por diferentes circunstâncias que levam as pessoas a introduzirem-se no referido mercado. Dentre elas , destacam-se as seguintes : o desespero ou ansiedade por um espaço para habitar, a não resistência por parte dos possuidores de várias parcelas, a necessidade de sair do bairro para o outro ou região; a necessidade de um espaço próprio a curto prazo; a opção por um espaço próximo de vias de acesso faciais; e falta de capacidade financeira para fazerem

algo no(s) espaço(s) actualmente possuído(s).

A localização da parcela é a principal causa para discrepância dos preços ou seja a proximidade e o afastamento dos bens e serviços é que determina o preço da parcela. De acordo com Correia (1993) o valor da terra, apresenta algumas diferenças do centro das cidades para a periferia em função de três variáveis nomeadamente, centralidade, espacialidade e acessibilidade. No Bairro Magoanine C, onde as terras não se encontram parceladas, os preços só são elevados se tiver havido uma organização entre os vizinhos que permita por exemplo, a passagem de viaturas (Jeque, 2004:31).

As transações de parcelas terra assumem um carácter informal. As negociações são feitas verbalmente ou seja sem nenhum documento legal, assim como a própria transação monetária, torna-se evidente quando surgem casos de dupla venda da mesma parcela que acaba gerando conflitos entre as partes envolvidas.

6.4. Implicações do mercado informal de terra no Bairro de Magoanine C

6.4.1. Conflitos de terra

Zandamela (2015) apud Martinelli (1998) basta a existência de grupos. A simples existência de diferentes grupos já cria um potencial latente de conflitos. Segundo Hampton (1991), conflito pode também surgir da experiência de frustração de uma ou ambas as partes, de sua incapacidade de atingir uma ou mais metas. A seguir, a parte frustrada interpreta a situação, projectando suas consequências, passando a comportar-se à luz da situação imaginada. Outra parte envolvida reage a este comportamento, com base em suas próprias percepções e conceituações das situações, que podem ser de natureza completamente diversa para cada um dos negociadores, ou seja, um ciclo de frustrações ocorre em virtude da má interpretação ou incompreensão dos interesses ou necessidades das partes, fazendo com que cada um interprete a situação a seu modo. No bairro de Magoanine C, estes conflitos envolvem vários intervenientes dos quais:

a) Primeiro: Residentes locais “nativos” e a administração local

Residentes de Magoanine acusam a edilidade de demulir as suas casas sem nenhum aviso prévio durante o parcelamento de talhões para as famílias vítimas das cheias, mas o conselho diz tratar-se de habilitações edificadas às margens da lei, (Jornal Notícias, 03 de maio de 2000).

No distrito de Boane, por exemplo, para evitar conflitos de terras os nativos divulgaram a Lei de Terras em 28 aldeias. Essa medida visava evitar conflitos numa altura em que o distrito registava um rápido desenvolvimento socioeconómico devido à pressão exercida sobre o recurso terra, ditada pelo rápido desenvolvimento na Província de Maputo (Jornal Notícias, março de 2000).

Segundo a senhora Isadora Zitha, de 61 anos de idade, residente no bairro Magoanine C há 39 anos, salienta que:

“(...) quando o governo veio cá pedir para que cedêssemos parcelas dos nossos terrenos, para alocar as famílias de vários bairros afectados pelas cheias de 2000 não foram muito claros por isso eu e outros nativos perdemos um grande número de terrenos que até hoje não conseguimos recuperar, onde tínhamos machambas e áreas reservadas a nossos filhos e netos que herdariam para dar a continuidade da nossa linhagem” (Entrevista 6, 27.04.2025)

b) Segundo: Nativos e reassentados

Segundo a Senhora Catarina, afirma que quando foi reassentada aqui neste bairro havia casas dispersas e tudo estava cercado por capim e árvores e tinham animais de várias espécies, principalmente, cobras.

“(...) eu quase fui mordida a procura de lenha, minha filha foi mordida por ndlandlalte, “literalmente traduzido significa escorpião “e foi levada ao posto médico montado pela cruz vermelha. No local onde foi construída a minha casa era uma machamba e tinha muito amendoim, por isso, aqui o antigo proprietário do espaço reivindicava a terra, ele sempre dizia que “basta tirarem meu produto as crianças vão passar mal” e o agricultor se negou até que o governo disse para eu tirar o amendoim, e dei ordem aos meus filhos para não comerem feito isso o agricultor nunca mais voltou.

Segundo o senhor Mito:

“(...) aqui bastava arrancar ou tocar algo que estivesse nas machambas era motivo para ficar doente, sofremos muito de alergias e diarreias. Os casos eram variados mais acredito que era uma praga lançada pelos agricultores, durou um tempo mas

depois as autoridades locais reuniram-se com os nativos e nos vimos livres dessas pragas .

A situação atual de posse de terra em Moçambique, é resultado de uma convivência e sobreposição do direito oficial legal e de regras tradicionais .A primeira Lei de Terras, de 3 de julho de 1979 (Lei nº6/79), pouco depois da independência, consistia na eliminação das injustiças históricas e a devolução da terra ao povo moçambicano(Ammeering, 2010:31).

No bairro de Magoanine C ,seguiu-se o mesmo prisma .Segundo ,Machaca os conflitos foram sanados porque as parcelas de machambas afectada pelas casas das famílias reassentadas ,os antigos proprietários “agricultores” foram-lhes atribuídos outros terrenos ,dependendo da extensão dos terrenos que possuíam receberam 4 à 16 terrenos .

c) Terceiro : Outros intervenientes

O retorno de algumas famílias reassentamentos as zonas de origem “ antigos bairros”; a venda de terrenos que os nativos atribuídos do durante a resolução de conflitos, abriram espaço para novos conflitos de terra:

- A falta de legitimidade do espaço: aqui encontram-se várias pessoas que adquiriram o mesmo espaço.
- Parcelamento desordenado: muitos terrenos neste bairro obedecem uma dimensão padrão de aproximadamente 15x30 m com a forma geométrica semelhante à um quadrado ou retângulo mas devido a conflitos encontramos terrenos triângulo equilátero, onde muitas vezes devido à falta de espaço algumas famílias partilham o mesmo quintal. Exemplo, a zona chamada triângulo no bairro Magoanine C.

Outros intervenientes de conflitos são as autoridades administrativas e as igrejas. Segundo o senhor Langa, a igreja pediu para usar uma parcela por 3 anos no ano 2003, e a administração cedeu. Durante 7 anos não se requereu o espaço, e quando se fez a notificação para a devolução da parcela para saber se deve se promulgar ou não o tempo de uso, a igreja alega que já ocupou a parcela por muito tempo por isso ela é o único proprietário legítimo daquela terra.

6.4.2.Titularização da terra no Bairro de Magoanine C

No Bairro de Magoanine C, verifica-se até 2004 menor “preocupação” dos seus residentes na procura de mecanismos de aquisição do DUAT, apenas 5% tem o processo de titularização em

processo (Jeque:44), o mesmo autor argumenta que, a consciência dos residentes continua a ser de “emergência”, uma vez que um quarto dos residentes espera que as autoridades governamentais façam tudo por eles, incluindo a titulação, por exemplo 25,2 espera o governo e 3,6 não tem porque não conhece os requisitos e 0,9 está a adquirir meios para a titularização.

Essa “estagnação” pode estar associada ao facto de, em Moçambique desde à independência terem sido aprovados poucos planos urbanos mesmo que a população urbana tenha aumentado a uma taxa acelerada, como consequência disso foram ocupadas vastas áreas de cidades e vilas sem planos aprovados e até mesmos os talhões que foram demarcadas pelas autoridades locais não tem nenhum estatuto legal, (Mosse e Matusse, 2009).

No Bairro de Magoanine C, no período entre 2005 à 2007, verifica-se uma nova dinâmica na aquisição de parcelas comparado aos anos anteriores, devido a consistência de obtenção de algum título sobre a terra, mas o mercado informal de terra continua florescendo. As transações no mercado informal de terras em Magoanine C operam por meio de mecanismos e práticas que, embora não reconhecidos legalmente, são amplamente aceitos e seguidos pelos atores envolvidos (Durand-Lasserve; Royston, 2002). A ausência de títulos de propriedade formais é compensada por outros mecanismos de "segurança" e reconhecimento (Payne; Durand-Lasserve, 2013).

Segundo a Senhora Firmina Macucule:

“Quando soube que tinham terrenos à venda neste bairro em 2003, numa primeira fase tive medo porque ouvi dos meus vizinhos do bairro de chamanculo B, que existiam vários conflitos de terra neste bairro.....,em 2005, mudei de ideia porque não tive escolha precisava mesmo de ter o meu próprio lar , não sei se foi sorte mas a pessoa que me vendeu o terreno levou-me as autoridades do bairro para tratarmos a devida documentação para que fizéssemos o trepasse.” (entrevista 7, 27.11.2024)

“ (...) Enquanto que a família Mazoio, afirma que comprou as 3 parcelas que possui em pessoas diferentes, onde apenas uma comprou com título, a mesma porque localizava-se na área onde na altura já estava totalmente parcelada” (Entrevista 7, 26.04.2025)

Nestes moldes, de um modo geral os indivíduos que obtém do título provisório, carrega consigo um sentimento de segurança de posse da parcela, razão pela qual a pouca afluência ou

procura de regularizar a parcela que por sua vez já foi construída a sua habitação. Segundo dados da Administração do bairro, apenas 233 até 2010 tem a sua habitação ou parcela regulamentizada na totalidade.

Esta prevalência do informal não resulta necessariamente da ignorância ou resistência aos procedimentos formais, mas reflete frequentemente a inadequação destes procedimentos às realidades locais. Os custos elevados dos processos de licenciamento, a morosidade burocrática e a complexidade dos requisitos tornam o sistema formal inacessível para a maioria dos residentes de baixa renda.

VII. CONCLUSÃO

A chegada de novos residentes no Bairro de Magoanine C, implicou por vezes, a perda de propriedade, dos meios de subsistência ou de acesso o que de certa forma implicou a marginalização de alguns agregados familiares. Assim, 95% dos “nativos” /primeiros moradores inquiridos perderam a sua terra à favor de novos residentes, o que implicou a mudança nas estratégias de sobrevivência. A população “nativa” /primeiros moradores que dependia da agricultura foi obrigada a procurar novos espaços nos bairros para a prática da agricultura, ou ainda aderir ao comércio informal desenvolvido no bairro.

O rápido aumento da densidade populacional, causado pela construção de infraestrutura de base após o Reassentamento e a expansão do mercado informal de terra, trouxe um aumento dos custos de transporte, a perda de sentimento de pertença da terra

Com base nas informações durante o trabalho de campo, constatou-se que maior parte dos compradores , assim como vendedores mesmo com a consciencia da necessidade de segurança de posse , continua com práticas informais, desde as negociações até a efetuação das transições monetárias “venda total da parcela” e somente aí se dirigem às autoridades administrativas do bairro, salientando que o título adquirido neste processo é provisório “ não é ainda o DUAT” , mas a um grupo que procede com toda tramitação para a aquisição definitiva do DUAT, embora o número seja drasticamente reduzido ; por outro lado a continua acessão dos intermediários que na sua maioria que fomentam o crescimento deste mercado.

VIII. Referências bibliográficas

Livros e capítulos de livros

ABRAHAMSSON, H; NILSSON, A. Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974, Maputo: *Peace and Development Research Institute, Gothenburg university*, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais – Instituto Superior de Relações Internacionais, 1994.

Ammering, U. (2010). *Morar nos bairros sub-urbanos de Maputo livelihoods e a implementação do planeamento local: Economia Política e Desenvolvimento*. Maputo: Gerhard Liesegang.

Bilerio, F. B. e Muanamoha, R. C. (2023). A transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo: um olhar sobre o bairro de Magoanine “C”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, 3(1), pp. 485-509.

Bouene, L. A. (2014). *Dinâmicas urbanas em Moçambique: o caso de Maputo*. 2.^a ed. Maputo: Alcance Editores.

Casal, A. Y. (1996). *Antropologia e desenvolvimento das aldeias comunais em Moçambique*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical.

Chambote, R. e Veja, B. (2008). *Reassentamento pela Metade no Vale do Zambeze: O Caso de Mutarara*.

Correia, V. D. P. (1993). *Políticas de solo no planeamento municipal*. Lisboa: Santos Lda.

Durand-Lasserve, A. e Royston, L. (ed.) (2002). *Holding their ground: secure land tenure for the urban poor in developing countries*. London: Earthscan.

Fernandes, C. e Augusto, V. P. (2016). *Paisagens das normas e das instâncias de resolução de conflitos: O caso do distrito de Chókwè*.

Filipe, J. (2003). *Moçambique 2000 às águas da morte*. Maputo: Editora.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.^a ed. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.^a ed. São Paulo: Atlas.

Guambe, P. (2011). *Metodologia do trabalho científico*. Maputo: Livraria Universitária.

Henriques, C. D. (2008). *Maputo cinco décadas de mudança territorial: O uso do solo observado por tecnologias de informação geográfica*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Lakatos, E. M. e Marconi, M. D. A. (2010). *Metodologia científica*. 5.^a ed. São Paulo: Atlas.

Mosca, J. e Selemene, T. (2011). *Dorado Tete: os Mega Projetos de Mineração*. Maputo: CIP.

Negrão, J. (2004). *Mercado de Terras Urbanas em Moçambique*. Maputo: IID.

Nhapulo, M. A. (2011). *Estratégias de promoção de igualdade de género e desenvolvimento comunitário*. Maputo: Imprensa Universitária – UEM.

Silva, A. e Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 5.^a ed. Florianópolis: UFSC.

Viana, D. L. e SOUSA, A. N. (2010). *Maputo: Inter-relação urbano-habitacional-social*. Lisboa.

Artigos em periódicos

Araújo, M.B. (2003). Os espaços urbanos em Moçambique. *Geosp - Espaço e Tempo*, 14, pp. 165-182.

Jenkins, P. (2013). Urbanization, family size, and poverty in Maputo. *Environment and Urbanization*, 25 (2), pp. 503-515.

Negão, J. (2002). *A indispensável terra Africana para o aumento da riqueza dos pobres*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Artigos não publicados

Negrão, J. (2001). *O impacto sócio-econômico das cheias*. Maputo: Faculdade de Letras e de Agronomia e Engenharia Florestal, CEA (Centro de Estudos Africanos).

Payne, G., Durand-Lasserve, A. & Rakodi, C. (2009). The limits of land titling and home ownership. *Environment and Urbanization*, 21 (2), pp. 443-462.

Teses e Dissertações

Adamo, M. A. (2003). *Mercados de terras nas áreas urbanas, sua implicação na ocupação e uso de terra: estudo de caso da área periurbana da cidade da Matola*. Dissertação de

Mestrado. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Chachuaio, D. C. da (2003). *Impacto social das acções realizadas na sequência das cheias de 2000*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Jeque, C. J. (2004). *As implicações socioeconómicas do mercado periurbano de terras na cidade de Maputo. O caso dos bairros do Zimpeto e Magoanine C, 1992-2004*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

José, A. (2023). *Envolvimento das comunidades locais na gestão de risco de cheias e inundações: o caso do distrito de Xai – Xai, província de Gaza, 1977-2013*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Langa, E. J. (2010). *A sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas no Município de Xai-Xai*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Malauene, D. L. (2005). *Alterações urbanas no espaço do Bairro Polana Caniço “A”*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Maloa, J. M. (2019). *Urbanização Moçambicana: uma proposta de interpretação*. Universidade de São Paulo.

Mbié, S. S. (2004). *Problemática de uso de terra nas áreas periurbanas na cidade de Maputo. Caso dos bairros Magoanine C e Zimpeto*. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de geografia, Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Miguel, A. (2015). *Quando a urbanização gera exclusão e perda de privacidade; e perda de privacidade; Uma análise a partir do processo de urbanização no bairro, ‘Polana Caniço’, na cidade de Maputo*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Muhandzule, E. J. (2024). *O processo de reassentamento resultante de desastres naturais: caso de Estevel, município de Boane no ano 2023*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Naife, A. (2002). *“Bairro Magude”, O surgimento e fixação dos quarteirões 23-27 do Bairro de Urbanização (1988-2000)*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Nalim, N. M. (2007). *Os significados da moradia: Um recorte a partir dos processos de reassentamento em Porto Alegre*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Zandamela, A. F. (2015). *Análise das causas dos conflitos de terra nas zonas de Tchumene I e II e a Intervenção do Conselho Municipal da Matola (2010-2014)*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Jornais

Jornal Diário (fevereiro-junho).2000.

Jornal Notícias (janeiro- março).2000.

Jornal Notícias(abril-Dezembro).2000.

Jornal Verdade. Mantendene: um bairro de expansão. 25/08/2011.

<https://verdade.co.mz/matendene-um-bairro-em-expansao/>

Legislação e documentos institucionais

Bolentim da República (2000).

Bolentim da República (2004).

Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro (1997) Lei Moçambicana de Terras. *Boletim da República*, n.º 40, I Série, 3.º Suplemento, 7 de Outubro.

Instituto Nacional de Estatística (1999). *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997: resultados definitivos*. Maputo: INE.

Instituto Nacional de Estatística (2003). *Caracterização demográfica pós-reassentamento*. Maputo: INE.

Instituto Nacional de Estatística (2009). *Censo 2007: indicadores sociodemográficos da Cidade de Maputo*. Maputo: INE.

Moçambique (2004). *Constituição da República de Moçambique de 2004*. Aprovada em 16 de Novembro.Disponívelem:<http://pt.wikipedia.org/wiki.constituicaõrepublia-mocambique>.

Moçambique (2004). *Constituição da República de Moçambique*. inciso 36. Maputo: Imprensa Nacional.

Moçambique (2014). *A recuperação de cheias recorrentes 2000-2013: Estudo do caso para a recuperação dos desastres*. Agosto.

Universidade Eduardo Mondlane (1995). *Contributo para o estudo de planeamento urbano da Grande Maputo*. Maputo: Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico.

Report of Habitat (1976). *United Nations Conference on Human Settlements*, Vancouver, 31 May - 11 June. (A/CONF.70/15), chap. II, recommendation B.8, paragraph C (ii).

USAID (2002). *Moçambique cheias 1999-2000. Avaliação do impacto: Atividades de Doação para o Reassentamento da população recuperação da situação de emergência: Agricultura e relançamento do comércio rural*. Julho.

Entrevistas

Entrevista com a família Ngomane, residente no bairro de Magoanine C, 27 de Novembro de 2024.

Entrevista com Antônio Silvestre, residente no bairro de Magoanine C, 09 de Maio.

Entrevista com Catarina Cossa, residente no bairro de Magoanine C, 29 de Novembro de 2024.

Entrevista com Cónstatino Machaca, primeiro secretário do bairro de Magoanine C, 27 de Novembro de 2024.

Entrevista com a família Mazoio, residentes no bairro de Magoanine C, 26 de Abril de 2025.

Entrevista com Firmina Macucule, residente no bairro de Magoanine C, 27 de Novembro de 2024.

Entrevista com Isadora Zitha, residente no bairro de Magoanine C, 27 de Abril de 2025.

Entrevista com Luís Tembe, actual secretario do bairro de Magoanine C, de 14 a 20 de Novembro de 2024; e 09 à 27 de Abril de 2025.

Entrevista com Luísa Orlando, residente no bairro de Magoanine C, 30 de Novembro de 2024.

Entrevista com Mito, residente no bairro de Magoanine C, 14 de Novembro de 2024.

Anexos

I. Guião de entrevista destinada aos residentes do bairro de Magoanine C

Nota introdutória

Saudação!

Meu nome é Naima Stela Chissano, sou estudante finalista do curso de História, e atualmente estou conduzindo uma pesquisa sobre a história do bairro de Magoanine C.

INFORMAÇÕES GERAIS

Nome:

Idade:

Sexo:

Profissão:

Estado civil:

Tempo de residência nesta localidade:

Número de pessoas no agregado familiar:

Origem (caso não seja nascido aqui):

II. Questões

a) Para os NATIVOS (pessoas nascidas e criadas no local)

Pode contar-me um pouco sobre a história desta comunidade?

Que mudanças mais importantes viu acontecer ao longo do tempo?

Como era a vida aqui antigamente?

Esta terra pertence à sua família há quanto tempo?

Como é feita a divisão ou herança de terrenos aqui?

Houve casos de venda de terras? Como a comunidade vê isso?

Notou mudanças com a chegada de pessoas de fora (reassentados ou compradores)?

Houve conflitos ou tensões? Como foram resolvidos?

Acha que a convivência entre os diferentes grupos é pacífica?

Tem DUAT?

b) PARA REASSENTADOS (pessoas deslocadas)

Motivo do reassentamento?

De onde veio? Por que teve de sair?

Como foi o processo de reassentamento? Quem o ajudou?

Receberam apoio do governo ou de alguma organização?

Como foi recebido(a) pela comunidade local?

Teve dificuldades para se adaptar?

Como foi morrar em tendas, saída e construção da sua casa?

Como é a sua relação com os nativos?

Esteve envolvido em algum conflito, ou conhece alguém ou ainda presenciou e como foi resolvido?

Tem o DUAT?

C) PARA COMPRADORES DE TERRENOS (indivíduos que adquiriram terras por compra)

Quando e por que decidiu comprar terreno aqui?

Comprou de quem? Foi um processo formal ou informal?

Teve algum tipo de problema legal ou conflito na compra? Tem DUAT?